A DUQUESA DO CEARÁ

HUGO CATUNDA

A distribuição de comendas e títulos nobiliárquicos, no reinado efêmero de Pedro I, foi feita a manchelas, numa prodigalidade sem limites.

Forçoso era premiar os que haviam colaborado no feito da emancipação de um país onde rareavam, ainda, as sinecuras cômodas e fartas...

Muitos foram, por isso mesmo, os agraciados pela manificência d'El-Rei. Era extensa, pelo tempo afora, a lista dos dignitários da Côrte. Havia-os de tôdas as ordens: do Cruzeiro, de Aviz, de S. Tiago, de S. Isabel, da Rosa, de Cristo. Também não era pequeno o registo nas chancelarias da Secretaria dos Negócios do Império, das concessões de títulos de marqueses, condes, viscondes, barões etc...

Foi, assim, por igual, que nas terras de além-mar, os conquistadores de tronos recompensaram dedicações recebidas nos instantes supremos das porfias arriscadas. Reportando-se às origens da aristocracia inglêsa, Augustin Thierry, o minucioso autor da **Histoire de la Conquête de l'Anglaterre par les Normands**, refere que até os vaqueiros da Normandia, os tecelões de Flandres, os barbeiros e sapateiros que se tinham incorporado aos exércitos de Guilherme — o conquistador — tornaram-se, pela benevolência das mercês reais, grandes senhores e poderosos barões...

No Brasil, um título houve, porém, que assim no primeiro como no segundo reinado, foi concedido com rara parcimônia, não passando de três as pessoas por êle altamente distinguidas. O título de Duque, que Pedro I reservou sòmente aos que, embora frutos de amôres ilícitos, tinham nas veias o sangue azul dos Braganças, e Pedro II, ainda menos pródigo, conferiu — aliás uma única vez — a Luís Alves de Lima e Silva, o grande Caxias, que tão assinalados serviços prestou à pacificação do Império nascente.

Pelas velhas leis da nobiliarquia lusa, que o Império do Brasil adotou, o Duque era considerado "parente do Rei" e, por isso, gozava de privilégios e honrarias maiores que as concedidas a outras categorias de titulares. É claro que nem todos, por mais pura que fôsse a nobreza das suas linhagens, podiam ser admitidos às intimidades da parentela real. E daí a sobriedade com que se conferiu o título eminente, que ninguém tinha a veleidade de cobiçar.

*
* *

A primeira sombra pressaga espalhava-se como um crepúsculo, pelo céu côr-de-rosa do enlêvo amoroso de D. Pedro com a Marquesa de Santos.

Circunstâncias várias, advindas às reflexões do monarca após a morte da imperatriz Leopoldina, ponderosas razões de Estado, a bisbilhotice das chancelarias estrangeiras e as complicações que retardavam, desesperançosamente, os novos esponsais do príncipe, haviam determinado o afrouxamento dos laços afetivos que prendiam aos encantamentos irresistíveis da paulista magnífica o coração apaixonado do Bragança estouvado. Sobretudo as novas bodas do príncipe, para cuja realização Barbacena, Matternith e o Marquês de Rezende, alongavam-se frustradas combinações com as côrtes européias, impunham decisivamente a terminação dos amôres ilícitos de D. Pedro que se tornaram, mercê das insinuações tendenciosas do gabinete de Viena, a causa única das recusas humilhantes que já recebera o soberano brasileiro, na busca tormentosa e difícil da segunda consorte.

E o concubinato ostensivo, o longo e retumbante drama amoroso que se desenrolara, por entre carícias e ardências, nos camarins do palacete da Rua Nova, fenecia, agora, lanceado, no ocaso nevoento de um sonho...

Assim, preocupado com o problema do segundo casamento, cujas dificuldades dia a dia aumentavam na proporção do desejo mesmo de realizá-lo, o jovem imperante como que já esquecera a imagem dos seus arrebatamentos, e nem mais era, como ao gabinete francês informara Gabriac, — **l'esclave de l'habitude d'une passion qui le subjugue**...

Foi por êsse tempo, em 13 de agôsto de 1827, que veio ao mundo Isabel Maria de Alcântara Brasileira, a segunda filha do concubinato de D. Pedro com a Marquesa de Santos, recebendo, ainda nas faixas do berço, o título de Duquesa do Ceará. Um ano antes, a cortesã nobre dera ao amante imperial a filha mais velha — Maria Isabel de Alcântara, a Duquesa de Goiás, que, como a irmã mais môça, tinha o tratamento de Alteza. Muitos anos depois, D. Pedro II completava o pequeno elenco dos nossos duques, agraciando o general Lima e Silva, o único brasileiro que conquistou tão erguida mercê, na velha e luzente galeria nobiliárquica do Império.

Referem crônicas do tempo, que D. Pedro recebera, com indisfarçável constrangimento, a notícia do nascimento da segunda bastarda. Na situação delicada em que se colocavam as negociações do casamento, tudo aconselhava discrição e cautelas, no sentido de evitar que no estrangeiro surgissem quaisquer suspeitas sôbre os propósitos honestos com que S. Majestade resolvera traçar outras diretrizes à sua nova conduta pessoal.

Mas, coração magnânimo, amando com extremos inexcediveis os filhos que lhe advieram do leito conjugal ou da união escandalosa, D. Pedro não vacilou, embora as conveniências do momento, em cercar de carinhos e atenções o rebento de suas aventuras galantes.

Ao ter notícia da delivrança da Marquesa, o príncipe visitou a recém-nata, assegurando-se até, conforme o comunicado feito à chancelaria de Bernardotte, que essa visita fôra feita com muita pompa e solenidade, dela se prevalecendo o Imperador para entregar à Marquesa uma carta lacrada, com a recomendação de não a abrirem senão no dia do batizamento da pequena. "Segundo uns — escreve Alberto Rangel — aproveitando a noite e agarrando-se às maiores reservas, D. Pedro visitou a recém-nascida; segundo outros, o fizera com descarado estalão." Somos inclinados a crer, louvando-nos mesmo em documento escrito pelo próprio punho do príncipe, que a primeira visita à bastarda não a fêz S. Majestade com espaventos e ostentações, nem tampouco sob cautelas exageradas, esgueirando-se pelas trevas da noite. Espicaçando parelhas, numa corrida rápida de carruagem, o imperante voluntarioso, com o desembaraço de suas atitudes singulares, teria rumado à casa da favorita, entregando por essa ocasião o documento em que conferia à filha espúria o título de Duquesa do Ceará. Êsse documento, ainda existente em arquivo particular, não reveste, aliás, a forma pomposa dos velinos marcados de selos, que titularam a velha aristocracia emproada de armas e brasões insignes, e apenas regista, bem que de modo explícito, as disposições do pai em relação à filha, "numa modesta fôlha de papel almaço em cuja transparência se lêem as letras d'água Jocompton — 1824".

Vale a pena transcrevê-lo, na íntegra, pela originalidade que êle representa:

"No meu diário particular, começado em 4 de julho de 1827, consta o seguinte:

> "A 13 levantei-me às 6 e meia logo chegou José ao darme parte de haver nascido uma menina à 1,34 que é minha filha e se há de chamar Maria Isabel de Alcântara Brasileira. Mandei vir a carruagem do Sarmento para a ir ver a casa de sua Mãe. Tenho tenção de a seu tempo fazer público seu reconhecimento com o título de Duquesa do Ceará, e dando-lhe o tratamento de Alteza bem como o tem sua Irmã a Duqueza de Goiás, e faço esta declaração aqui para que ela

nada perca em caso de Eu falecer antes de haver publicado seu reconhecimento e poder êle ser feito pelo que aqui consta valerá como Decreto passado então. Paço da Boa Vista, treze de agôsto de mil oitocentos e vinte e sete. No fim do Artigo tem a minha assinatura do modo abaixo.

IMPERADOR."

No alto, em sentido diagonal, está escrita a palavra SECRETO.

A existência de tal documento nunca foi, entretanto, registada em peças oficiais, nem consta, jamais, de quaisquer despachos ou previsões das Secretarias do Reino. Significaria isto o recatamento do príncipe em face às delicadezas do momento? D. Pedro, porém, tinha na vida singularidades que não raro deixam perplexo o historiador. Enquanto, sob cautela, fazia mercê à Maria Isabel, sete dias depois do seu nascimento, na capela do palacete de Domitila, solenizava o batizamento da bastarda, dando-lhe por padrinho o herdeiro da coroa, o infante Pedro II, representado no ato pela cândida cortesania do mordomo-mor, o nobre e altivo Marquês da Palma.

*
* *

A Duquesa do Ceará viveu, apenas, o instante passageiro de uma ilusão...

O Destino como que também a fizera provar a taça de fel que derramava pungências e crepúsculos nos sonhos estrangulados do coração materno.

E ela foi, talvez, no ocaso breve da vida, o prenúncio amargurado do abandono...

Ainda não eram passados muitos dias do seu nascimento, quando, por ordem régia, a duquesinha era subtraída ao teto da Marquesa e recolhida ao palácio de S. Cristóvão, onde também na conveniência das filhas da martirizada Leopoldina, vivia instalada "com um serviço de casquinha e marfim", a pequena Duquesa de Goiás. Serviam-lhes de alas, ao lado das açafatas e damas da Imperial Câmara, três primas solteiras e uma tia-avó, que os cuidados maternos fizeram vir das terras distantes da Paulicéia.

Alberto Rangel, revivendo, em páginas de um colorido vigoroso, a vida romântica do primeiro Imperador, informa que "embora não consentisse a etiquéta beijar a mão da mais môça das irmãs, e fôssem ambas (refere-se às filhas de Domitila) excluídas do dossel do trono, nas solenidades públicas, e também do camarote de gala no teatro, eram as mesmas tratadas no paço com distinção e respeito". A asserção é confirmada pelo próprio D. Pedro, que escrevia à Marquesa: "Agora mesmo chego de S. Cruz vou pelo único modo que me é possível saber como está, e participar-lhe que suas, e minhas filhas quer a Bella quer a Maria Isabel estão de saúde, e que me te-

nho esmerado em as distinguir mt.º serem como são já por todos respeitadas." Também Mansfeldt afirma, referindo-se às distinções dispensadas no Paço, às duquesas bastardas, que a princezinha D. Maria da Glória não permitia a Goiás participar das suas intimidades, "mas que o Imperador a convencêra, afinal, de não insistir na repugnância, deitando abaixo, à fôrça de argumentos, a muralha de aversão da primogênita legítima".

Os primeiros meses de existência da Duquesa do Ceará, decorreram na paz serena do berço, sem os acidentes e os distúrbios comuns à saúde delicada das crianças. Ainda em dezembro de 1827, D. Pedro escrevia à Marquesa: "Desejo saber como tem passado e participo-lhe que as meninas bem como eu estão bons de saúde...".

Mas não havia de medrar a Duquesinha.

Viera ao mundo como um derradeiro lampejo esmaecido, na agonia crepuscular de um sonho de amor... E breve teria de desaparecer, projetando nos espaços silentes a sombra aflita da Desventura.

Quando apenas havia completado um ano e dois meses de existência, Maria Isabel começou a definhar, apresentando os sintomas alarmantes de grave lesão das meninges. A moléstia interessa, de início, apenas à membrana aracnóide, mas afeta, depois, todos os véus do aparelho cérebro-espinhal, e avança assustadoramente, dominando, em convulsões violentas o organismo débil da duquesinha. Redobram as atenções e os cuidados dos médicos do Paço. D. Pedro sentimental, o coração rociado de ternuras, abeira-se do leito, numa prostração. Mas a doença avança rebelde, aniquiladora, e a pequenina Duquesa do Ceará, na convulsão das agonias e dos espasmos, encerra, na claridade serena de uma tarde azul, o ciclo mal iniciado de sua existência terrena.

Na manhã seguinte — 26 de outubro de 1828 — tôda a nobreza insigne da Côrte formava em tôrno do caixão azul-doirado, o cortejo fúnebre da bastardinha. Segundo o testemunho de Melo Morais, o enterramento se fêz debaixo de grandes pompas, às quais não faltaram solenes lacaios com tochas acesas, os côches da casa imperial ostentando galas de veludo roxo, e carruagens inúmeras conduzindo os grandes do império, os ministros de Estado, os venerandos juízes do Desembargo do Paço.

*

* *

Foi assim que viveu e terminou os seus dias breves, a Duquesa do Ceará.

Ela passou simples e fugace, como uma página anônima da História, que nunca mais reviveu à memória dos pósteros.

Filha da Desventura e da Dor, apenas esboçou para a Vida a ingenuidade sã do primeiro sorriso.

E a sombra pequenina da pobrezinha já se esfumarou muito longe, desaparecendo como uma lenda, na curva funérea do esquecimento.